



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ARIANY MARIA SILVA SOARES

**O OLHAR DOCENTE SOBRE A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA
ESTUDANTES SURDOS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MORENO-
PE**

RECIFE

2022

ARIANY MARIA SILVA SOARES

**O OLHAR DOCENTE SOBRE A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA
ESTUDANTES SURDOS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MORENO-
PE**

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para a conclusão da disciplina: Prática Educacional, Pesquisa e Extensão VII – PEPE VII, orientada pela Prof.^a Dr.^a Virgínia Cavalcanti Pinto.

RECIFE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S676

Soares, Ariany Maria Silva

O OLHAR DOCENTE SOBRE A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA ESTUDANTES SURDOS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MORENO-PE / Ariany Maria Silva Soares. - 2022.

53 f.

Orientador: Virginia Cavalcanti Pinto.

Inclui referências e apêndice(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, , Recife, 2022.

1. Práticas pedagógicas. 2. Sala de aula regular. 3. Estudantes com surdez. I. Pinto, Virginia Cavalcanti, orient. II.
Título

CDD

FOLHA DE APROVAÇÃO

ARIANY MARIA SILVA SOARES

**O OLHAR DOCENTE SOBRE A EDUCAÇÃO VOLTADA PARA
ESTUDANTES SURDOS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MORENO-
PE**

Data da Defesa: 05/10/2022

Horário: 15 horas

Local:

Banca Examinadora:

Prof./a Dr/a. Virgínia Cavalcanti Pinto- Orientador/a

**Prof./a Dr/a. Veridiana Alves de Sousa Ferreira Costa - Examinador/a
Interno/a**

**Prof./a Dr/a. Maria Teresa Barros Falcão Coelho - Examinador/a
Externo/a**

Resultado: () Aprovado/a

() Reprovado/a

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos futuros
pesquisadores em educação.*

AGRADECIMENTOS

Resultado de um longo processo, entretanto, significativo e de muitos sentimentos, a presente pesquisa carrega um valor sentimental grandioso, que não se deve apenas a mim, mas também a pessoas que estiveram comigo em toda minha jornada pessoal e profissional. Em primeiro lugar quero dedicar este trabalho a mim, não só pelo esforço e dedicação, mas também por me reconhecer enquanto pessoa capaz de trazer para a sociedade um trabalho com uma temática tão pertinente e importante, a seguir faria minhas dedicatórias aos outros sujeitos envolvidos nesse processo tão importante.

Agradeço às professoras que contribuíram com minha pesquisa e a minha orientadora por me dar todo suporte nesse processo tão significativo.

Agradeço a minha mãe, que sempre acreditou em mim até mesmo quando eu não acreditava, que mesmo diante de tanto sofrimento e esforço lutou para me providenciar o melhor estudo que pode. Minha mãe que é minha inspiração, minha base e graças a ela sou o que sou hoje.

Agradeço também ao meu irmão, que mesmo implicando comigo sempre esteve ao meu lado e acreditou em mim, também representa pra mim uma inspiração, uma firma e fonte de sabedoria.

E ao meu namorado que me apoiou e me apoia em todos os momentos da minha vida, que me aguenta todos os dias e nunca desacreditou de mim. Vocês são a minha base, minha referência, minha família.

Queria agradecer também as minhas amigas, que estiveram comigo durante essa longa jornada, tornando os dias mais leves e divertidos.

"Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado."

Rubem Alves

RESUMO

O presente estudo intitulado: *O olhar docente sobre a educação voltada para estudantes surdos em uma escola no município de Moreno*, teve como objetivo primordial compreender a partir da fala docente as práticas pedagógicas de professores de uma escola, que atuam com estudantes com surdez em salas de aula regulares na primeira etapa do ensino fundamental, no município de Moreno. Buscando realizar o levantamento de dados, utilizamos como instrumento de pesquisa as entrevistas semiestruturadas, que nos oferecem as bases para nossa averiguação. Compreendemos a investigação à luz da análise de conteúdo temática, para isso, nos apoiamos em estudos de Minayo, como também em outros teóricos que nos forneceram elementos essenciais para uma melhor análise e compreensão do universo pesquisado. Além disso, nos apoiamos nos documentos de base legais voltados para a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases Educacionais 9394/96. Diante dos resultados apresentados podemos perceber alguns desafios que se manifestaram na prática docente, como o não conhecimento da língua brasileira de sinais, as estratégias de inclusão utilizadas em sala de aula por professores, bem como o conhecimento de sentimentos, que surgiram nas relações entre os profissionais que atuam na sala de aula regular com estudantes surdos. A partir da análise dos resultados obtidos podemos perceber a importância de um conjunto de processos, sobretudo o processo formativo de base e da formação continuada para professores que lecionam com estudantes surdos, além de compreender a importância de cada sujeito que compõe a sala de aula desse contexto escolar.

Palavras-Chaves: Práticas pedagógicas, Sala de aula regular, Estudantes com surdez.

RESUMEN

La presente investigación nombrada: *O olhar docente sobre a educação voltada para estudantes surdos em uma escola no município de Moreno*, tuvo como objetivo principal comprender a través del discurso docente las prácticas pedagógicas de profesores de una escuela que lesionan en las clases regulares de la primera etapa del enseñando fundamental, en la ciudad de Moreno. Buscando realiza la encuesta de datos, utilizando como herramienta de pesquisa las entrevistas semiestructuradas, que basan la actual pesquisa. Comprendemos la investigación a la luz del análisis de datos. Para esto, nos apoyamos en los estudios de Minayo , como también en otros estudios que nos apoyaron con elementos esenciales para una mejor análisis y comprensión del universo pesquisado. Como también en los documentos que basan los marcos legales de la educación, como la Lei de Diretrizes e Bases Educacionais 9394/96. Frente a los resultados presentados podemos comprender algunos desafíos que se manifiestan en la práctica docente, como el desconocimiento de la lengua brasileña de signos, las estrategias de inclusión practicada en las clases por los profesores, así como conocer los sentimientos, que han surgido en las relaciones entre los profesionales que trabajan en las clases regulares con estudiantes sordos. Por medio del análisis de los resultados obtenidos logramos comprender la importancia de un conjunto de procesos, sobre todo, la formación de base y la formación continua para profesores que lesionan con estudiantes sordos, como también comprender la importancia de cada persona que compone las clases escolares.

Palabras- Claves: Prácticas Pedagógicas, Clases regulares, Estudiantes Sordos.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado.

BNCC- Base Nacional Comum Curricular.

PNE- Plano Nacional de Educação.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases Educacionais.

EpePe- Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco.

INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos.

SCIELO- Scientific Electronic Library Online.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: ESTUDO DA ARTE.....	15
CAPÍTULO II: O SURDO, A SURDEZ E SEU UNIVERSO.....	21
1.1 A PESSOA SURDA E A SURDEZ.....	21
1.2 O PROCESSO DE ORALIZAÇÃO DA PESSOA SURDA.....	22
1.3 CULTURAS E IDENTIDADES SURDA.....	24
1.4 A LIBRAS E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL	25
1.5 A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO DA PESSOA SURDA.....	26
1.6 AS FILOSOFIAS EDUCACIONAIS: A COMUNICAÇÃO TOTAL E O BILINGUISMO.....	27
1.7 A PROFESSORA, A INTÉRPRETE E A SALA DE AULA REGULAR.....	28
1.8 FORMAÇÃO DOCENTE	29
CAPÍTULO III: TRILHA METODOLÓGICA.....	33
NATUREZA, MEIOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	33
INSTRUMENTO DA PESQUISA.....	33
UNIVERSO PESQUISADO.....	35
SUJEITOS PESQUISADOS.....	35
CAPÍTULO IV: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES.....	51

INTRODUÇÃO

Em minha formação no curso de Pedagogia, obtive meu primeiro contato com o universo da cultura surda através de um evento chamado EpePE, no ano de 2018, onde fiz um minicurso chamado “*Noções Básicas de Libras*”. A partir desse momento me encantei com o tema e busquei aperfeiçoamento sobre o assunto. Logo, iniciei um novo curso de Libras promovido pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, no ano de 2019. Atualmente sou formada no curso citado, estou cada vez mais ligada ao universo da Libras e especialmente interessada pelo contexto do aluno surdo no espaço escolar. Somando minha paixão pela Libras e pela educação, me vi no dever de voltar minha pesquisa a essa temática tão emergente na nossa sociedade, sabendo que as pessoas surdas têm o direito de ser cidadãos atuantes em sala.

A educação formal é um direito garantido a todo cidadão brasileiro. Isto segundo a Constituição Federal, onde afirma que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205).

Ela, a educação formal, se materializa concretamente através da educação escolar, possuindo um papel fundamental para o sujeito que a recebe e para a sociedade na qual ele está inserido. Desse modo, se entende que o papel da educação está para além dos muros das escolas, pois visa a formação do sujeito de forma integral.

A educação especial, uma das modalidades da educação básica, por sua vez, também é contemplada nessa perspectiva formativa do sujeito, como aponta a Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (1996), afirmando que o direito à educação deve ser estendido a todos, de forma a promover à equidade social. Sobre este ponto específico que o atual trabalho se construiu: a educação especial, mais precisamente, a educação para pessoas surdas. Historicamente a educação de pessoas com deficiências, dentre elas pessoas surdas, foi marcada por um processo de marginalização e exclusão social. Sobretudo, pelos ideais da filosofia oralista, que teve seu auge em meados de 1880, com o Congresso Internacional de Educação de Surdos, em Milão, conhecido como “O Congresso de Milão”¹, que determinava a proibição do uso das línguas de sinais na

educação dos surdos, negando a esta comunidade específica o direito de expressão através de suas línguas, no Brasil, a Libras.¹

Segundo a filosofia oralista, os sujeitos surdos deveriam ser submetidos a processos dolorosos em busca da oralização, pois se entendia a surdez como uma patologia a ser exterminada pela sociedade. Esses ideais se estenderam até o ano de 1970, quando o estudioso William Stokoe publicou um estudo revolucionário que transformou os paradigmas educacionais para com o sujeito surdo. No Brasil, em 1911, as políticas de oralismo foram implantadas nas escolas para alunos surdos em conjunto com a INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), se estendendo até a década de 70, quando a ciência do *bilinguismo* passou a ser bastante discutida no âmbito educacional.

A partir dessas demandas de novas políticas sociais – que objetivavam a busca da inclusão, qualidade educacional e equidade aos grupos sociais marginalizados – começaram a ser pensadas. Foi nesse cenário de transformações que a comunidade de pessoas surdas passou a ganhar cada vez mais espaço numa estrutura social majoritariamente ouvinte, ou seja, composta por pessoas que ouvem claramente. Em decorrência disso, a Libras (língua utilizada pelas pessoas surdas) vem sendo pauta de discussões em vários âmbitos sociais, inclusive na Educação.

Existem trabalhos que, em linhas gerais, se voltam para o contexto da educação de estudantes surdos, como por exemplo, o estudo de Arraes, Rodrigues e Correio (2014), que investiga e caracteriza o entendimento educacional especializado com estudantes surdos, numa escola municipal na cidade de Santa Teresinha. Foram levantadas na pesquisa questões voltadas à prática e a formação docente. Outra pesquisa é a de Bisol e Valentini (2012) que a compreende no campo da educação superior o processo de inclusão de estudantes surdos, além de contribuir para uma ressignificação da prática docente. Essas foram algumas pesquisas que, em linhas gerais, se relacionam com a temática aqui trabalhada, entretanto, percebemos que apesar de uma quantidade considerável de produção, poucas se voltam a compreender a prática docente de

¹Realizado em 11 de Setembro de 1980, o congresso teve como intuito reunir uma série de profissionais de todo o mundo para uma discussão sobre os métodos de ensino utilizados. Na perspectiva da Educação dos surdos, a utilização das línguas de sinais era uma das estratégias que vinham ganhando força no mundo inteiro, tendo como um dos principais defensores Alexander Graham.

² O bilinguismo está fundamentado na ideia de que o aluno surdo deve ser alfabetizado primeiramente em sua língua materna, ou seja, a língua de sinais e secundamente na língua portuguesa.

professores que atuam na etapa do ensino fundamental, em salas de aula regulares, salientando mais uma vez a importância de estudos voltado a este universo.

Nesse sentido, é pelo valor que a educação possui para formação do sujeito e para sociedade que devemos também nos aproximar da educação da criança surda. Desse modo é importante questionar: Quais as perspectivas dos professores nesse processo de educação da pessoa surda? Diante dessa indagação inicial a presente pesquisa busca refletir e trazer contribuições acadêmicas, e de desdobramentos sociais, para o assunto, pois consideramos pertinente que os professores procurem ampliar seu universo sobre o tema, discutindo-o e especializando-se cada vez mais, a fim de possibilitar uma educação verdadeiramente inclusiva. Para tal, os objetivos deste estudo são apresentados de modo sistematizado a seguir:

OBJETIVO GERAL

Compreender, a partir da fala docente, a prática pedagógica de professores que lecionam para alunos surdos no Ensino Fundamental I, em uma escola no município de Moreno- PE.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o uso ou não de estratégias voltadas para a inclusão utilizadas pelos docentes em sua prática pedagógica;
- Conhecer os sentimentos e questões docentes em relação ao trabalho do docente.

Em suma, o presente trabalho colocou em tela um estudo que teve como objetivo compreender, a partir da fala docente, a prática pedagógica no trabalho com alunos surdos em uma escola da Rede Municipal de Ensino da cidade de Moreno-PE. Visando ampliar o olhar sobre a surdez, o trabalho do professor com este aluno e a própria inserção do sujeito surdo no contexto escolar. Para melhor compreensão deste estudo, a pesquisa foi dividida da seguinte forma, capítulo I: O surdo, a surdez e seu universo, dedicando-se à fundamentação que nos apoiou durante o processo de investigação; capítulo II: O estado da arte, que tratou sobre o que falavam os estudos sobre o tema, com o propósito de fazer um levantamento de pesquisas anteriores sobre a temática investigada; o capítulo III: abordando a metodologia do trabalho e o capítulo IV: Análise e discussão dos resultados e a parte das considerações finais do trabalho.

CAPÍTULO I: ESTADO DA ARTE: O QUE DIZEM OS ESTUDOS SOBRE O TEMA

Alguns estudos foram publicados com o intuito de investigar as práticas docentes no que diz respeito à educação de surdos em sala de aula regular, como se pôde constatar ao fazer um mapeamento dessas pesquisas em portais de publicação de produções científicas relacionadas ao tema. A pesquisa direcionou a busca por bancos de dados científicos em três portais, sendo eles: Scielo, Capes e Google.

De acordo com os resultados citados nos bancos de dados científicos, pôde-se perceber que grande parte das pesquisas eram características do ensino de disciplinas “x” ou “y”, outras partiam de uma perspectiva de visão mais geral da inclusão de alunos surdos na sala de aula e a relação dessa realidade com as práticas docentes, as quais serão destacadas adiante.

Por fim, os estudos voltados à análise da prática docente em sala de aula regular apresentaram um considerável número de produções. Entretanto, poucos desses trabalhos se voltaram para essa análise com professores do ensino fundamental I, o que justifica a necessidade e relevância da presente pesquisa no processo de inclusão de crianças surdas que encontram-se no primeiro ciclo do nível de ensino fundamental.

Para ter acesso às publicações, foram utilizados, no primeiro momento, os seguintes marcadores: **Prática docente/ Aluno Surdo**. No segundo momento os marcadores foram: **Prática docente/Aluno Surdo/ Sala de aula regular**. Percebeu-se um escasso número de pesquisas no banco de dados *Scielo*, porém, valeu observar de perto a pesquisa de Bisol e Valentini (2012) “*Desafios da inclusão: uma proposta para a qualificação de docentes no Ensino Superior via tecnologias digitais*” que buscou promover uma reflexão sobre a temática da inclusão de alunos surdos e contribuir para uma ressignificação da prática docente, tendo como campo de pesquisa a universidade. Em linhas gerais, a pesquisa não trouxe uma perspectiva da prática docente em relação aos estudantes surdos, mas sim, propostas que objetivaram auxiliar os professores, que estão dentro do campo da universidade, a repensarem suas práticas para com esse grupo de alunos. Esse objetivo se materializou através da oferta de cursos gratuitos pela internet destinados aos docentes universitários.

No portal *Periódicos Capes*, as pesquisas voltaram-se principalmente para outras questões da educação de estudantes surdo, como: o bilinguismo, a dificuldade de ensino de disciplinas específicas na sala de aula e o processo de alfabetização sobre o aluno

surdo. Entretanto, ao utilizar o filtro com os marcadores *Prática docente/ Alunos surdos*, foram encontradas pesquisas que, de algum modo, relacionavam-se com a temática de estudo proposta no presente trabalho. Dentre elas destacam-se:

A pesquisa de Arraes, Rodrigues e Correio (2014), intitulada “*O atendimento Educacional Especializado aos alunos surdos nas escolas municipais de Teresina na perspectiva docente*” que teve como principal objetivo caracterizar o atendimento educacional especializado (AEE) na promoção da inclusão de estudantes surdo, em uma escola do município de Santa Teresinha. Embora o tema se distanciasse um pouco da configuração de sujeitos que compõem a presente pesquisa, trouxe contribuições significativas no campo da educação voltada para a comunidade. Os autores pontuaram que há grande dificuldade dos professores com a língua utilizada por pessoas surdas, e que a partir disso, existe a necessidade de reorganizar as práticas docentes voltadas ao ensino e aprendizagem do aluno surdo.

Também foram encontradas pesquisas que se distanciaram do campo da educação básica, já que analisaram a problemática da educação superior, como o trabalho de Silva, Lima, Santos e Fumes (2019): *Inclusão na educação Superior: Significação de uma professora universitária*. Este trabalho teve como objetivo analisar a prática docente de uma professora de educação física com alunos surdos e contou com utilização de um conjunto de instrumentos de coleta de dados, que trouxe grandes contribuições à sua prática durante as aulas, uma vez que permitiu que a mesma fosse reavaliada e reestruturada.

A pesquisa de Costa (2015), intitulada “*A prática docente na inclusão educacional de um aluno Surdo com implante coclear*”, apresentou um estudo de caso que teve como objetivo analisar a prática docente de professores da sala de aula regular que atuam com alunos surdos na condição do implante Coclear. A pesquisa foi realizada em uma escola do Rio de Janeiro e contou com a colaboração de professores e coordenação pedagógica, além de fazer uma análise do Projeto Político Pedagógico, investigando de que forma a unidade se posicionava no documento em relação à inclusão de alunos surdos. A autora concluiu na pesquisa que se faz importante que a educação da criança surda deve ser pensada de forma a garantir sua aprendizagem e inclusão, respeitando as peculiaridades linguísticas e da identidade da comunidade surda.

Filtrando ainda mais a busca, agora utilizando os marcadores *Prática docente/ Alunos surdos/Sala de aula regular*, notou-se uma redução no número de pesquisas, entretanto elas se mostraram mais relacionadas com a temática do presente estudo. É

importante destacar que essas pesquisas não eram especificamente sobre a sala de aula regular do ensino fundamental I, mas se entrosaram muito bem com o tema, no que diz respeito à prática docente, como se pôde observar a seguir:

“Desafio docente no contexto da Surdez: A proposta de criação do núcleo de pesquisa e ensino de geografia para surdos” de Arruda e Oliveira (2012), é um estudo que discutiu apontamentos do Núcleo de Pesquisa e Ensino de Geografia para Surdos (NUPEGS), em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no que diz respeito a ensino pesquisa e extensão. A pesquisa teve como objetivo investigar as práticas e estratégias voltadas ao ensino de geografia para alunos surdos, através de um trabalho de desenvolvimento de metodologias que favoreciam a aprendizagem desse grupo, ou seja, essa pesquisa contribuiu para a formação/prática docente acerca do tema inclusão do aluno surdo.

No Google Scholar, foi encontrado um resultado maior sobre o número de publicações, a partir da utilização das mesmas palavras chaves mencionadas anteriormente. Destacamos algumas pesquisas que se aproximaram do presente estudo: *“Desafios do professor de História com aluno surdo”* de Heloisa Perales (2016) que trouxe, em seu artigo, uma investigação sobre como professores estruturaram suas práticas pedagógicas no ensino de história em classes com estudante surdos. Essa pesquisa se desenvolveu através de uma análise dos planejamentos, uso de recursos visuais, uso da língua de sinais em sala de aula e a produção de materiais didáticos. Além disso, realizou uma análise bibliográfica a partir da observação de estudos sobre o ensino de história para alunos surdos, na perspectiva de aprendizagem significativa. A autora concluiu sua pesquisa afirmando que as concepções pedagógicas e a trajetória do docente interferiam de forma significativa em suas ações na sala de aula e conseqüentemente na aprendizagem dos alunos surdos, por esse motivo, reforçou a importância da formação docente para buscar a melhor forma de promover uma aprendizagem significativa para a educação da comunidade.

A pesquisa *“O papel da formação continuada no trabalho dos professores de Química com alunos surdos”* de Fernandes e Reis (2018), por sua vez, trouxe como principal questão abordada a formação continuada de professores e a importância dessa formação no processo formativo do docente com alunos surdos. O artigo teve o objetivo de relatar experiências de professores de química, que surgiram a partir de um minicurso de capacitação no processo de aprendizagem de alunos surdos. Por fim, os autores afirmaram a importância da formação continuada e a troca de diálogos entre esses

profissionais, uma vez que elas podem colaborar de forma valiosa na educação de alunos surdos.

Por fim, na pesquisa de Vieira e Molina (2018) “*Prática Pedagógica na educação do Surdo: O entrelaçamento das abordagens no contexto escolar*”, as autoras trouxeram a perspectiva histórica da educação de pessoas surdas no Brasil, mediadas pela filosofia Oralista, Comunicação total e Bilinguismo, sendo um dos instrumentos de pesquisa a análise da prática pedagógica docente na relação Professor-Aluno Surdo.

Ao filtrar ainda mais a pesquisa por trabalhos afins, desta vez acrescentando o marcador *Sala de aula regular*, foi encontrada uma diversa produção acadêmica que se aproximou com os objetivos da presente pesquisa, dentre elas destacamos:

“*Educação Inclusiva e prática docente: tenho um aluno surdo em minha sala. E agora?*” de Márcia Costa (2013). Tratou-se de um estudo de caso voltado para turmas de fundamental I, que objetivou investigar as práticas docentes utilizadas para favorecer as interações linguísticas do aluno surdo inseridos na sala de aula regular, na cidade de Fortaleza/CE. Além de se preocupar com as questões da prática docente, buscou traçar o perfil destes, assim como de sua trajetória formativa. A pesquisa contou com a participação de professores e a análise de seus materiais de trabalho, como o diário de campo e entrevistas que possibilitaram uma melhor análise do presente estudo.

Foi a partir das questões discutidas que a autora apontou que o desconhecimento por parte dos professores, acerca do aluno com surdez, interfere no planejamento de práticas apropriadas que visam o desenvolvimento linguístico desses alunos. Com isso, a autora concluiu sua dissertação pontuando algumas questões e defendendo a perspectiva bilíngue na escolarização, aprendizagem e desenvolvimento linguístico de estudantes surdos.

Em seguida, a pesquisa de Guarinello et. al (2006) denominada “*A inserção do aluno Surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores no estado do Paraná*” buscou debater a inclusão de estudantes surdos no ensino regular a partir da perspectiva de um grupo de docentes do estado do Paraná, como supõe o próprio título da pesquisa. Esta, por sua vez, foi realizada com professores do ensino fundamental II e médio, a partir da aplicação de questionários. Nos resultados obtidos na pesquisa, um dos dados levantados foi que 33% dos professores apresentavam dificuldade na compreensão das produções escritas desses alunos. Segundo os autores esse fato se deu por conta de um desconhecimento das particularidades da língua de sinais e sua estrutura. Esse

desconhecimento acabou gerando implicações no processo pedagógico dos alunos e um descontentamento na sua aprendizagem. Diante dos fatos apresentados, os autores chamaram a atenção para as necessidades formativas emergentes voltadas aos professores, uma vez que estes devem estar preparados para receber os referidos estudantes, compreendendo suas necessidades e peculiaridades.

A pesquisa “*Proposta de Inclusão de aluno surdo no ensino fundamental regular: algumas considerações sobre a ação docente*”, de Batista (2010), analisou a prática docente de professores que atuavam no ensino fundamental, no trabalho com estudantes surdos em sala de aula regular. Neste estudo o aluno pertencia a uma família de ouvintes e desconhecia a Libras. Na pesquisa, foram apresentadas as perspectivas de três professoras, sendo uma professora regente da sala de aula, a professora auxiliar e a terceira, professora AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Através de algumas observações, levantamentos e entrevistas algumas pautas muito importantes foram trazidas a partir desse trabalho. Em linhas gerais, esse trabalho buscou compreender a percepção das professoras em relação ao processo de inclusão dessa criança, os aspectos positivos e negativos que contornaram sua relação com o aluno surdo e por fim, a percepção de suas práticas pedagógicas.

O trabalho de Tenor e Novaes (2008) intitulado “*A inclusão do aluno Surdo no ensino regular na perspectiva de professores de um município de São Paulo*” trouxe, a partir da fala de professores da educação infantil e ensino fundamental I, um estudo sobre como as políticas educacionais e sua implementação nas escolas, em conjunto com alunos surdos, foram percebidas e efetivadas por professores na cidade de São Paulo. Os autores, através das falas docentes, afirmaram que existe uma grande problemática, no que diz respeito à comunicação, ou seja, os professores relataram dificuldades no tratamento comunicativo para com o aluno surdo. Diante desse posicionamento, foi destacada a complexidade da educação do grupo, que acabou refletindo os desafios e dificuldades quando se pensou no processo de ensino e aprendizagem.

Um número significativo das pesquisas aqui apresentadas estabeleceram conexões, especialmente sobre os temas que apontaram as dificuldades dos professores de sala de aula regular, em lidar com o aluno surdo e o sentimento da necessidade de formação acadêmica mais completa para o professor. Além disso, foi notório perceber a existência de preocupação no processo inclusivo dessas crianças no processo educativo.

Dentre as pesquisas destacadas acima, pôde-se perceber que poucas se voltaram ao universo do ensino fundamental, no qual os estudantes estão em período relevante no seu processo de desenvolvimento e alfabetização, sendo prioritariamente importante destacar o papel do professor nessa dinâmica. Pensar na educação de estudantes surdos, é pensar num cenário onde se faz cada vez mais necessário preparar profissionais capacitados para lidar com essa demanda, para que sejam criadas situações qualitativas de inclusão do aluno surdo, levando em consideração suas peculiaridades formativas, sociais e culturais.

Nesse sentido, o (a) professor (a) regente deve ser protagonista neste cenário contextual específico, pois recai sobre ele (a) a responsabilidade pela promoção, através de sua prática, de vivências inclusivas em sala de aula. Assim, deve-se considerar suas perspectivas e considerações a fim de compreender com clareza a dinâmica do trabalho com crianças surdas do ensino fundamental I.

CAPÍTULO II: O SURDO, A SURDEZ E SEU UNIVERSO

A integração de uma pessoa com surdez num contexto social majoritariamente oralista nos fez refletir sobre uma série de questões de nossas ações e práticas, inclusive cotidianas. Sobretudo no que diz respeito à educação, nesse sentido, a educação especial se caracteriza como uma das modalidades da educação básica, oferecendo na rede regular de ensino o acesso, práticas adequadas e permanência a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, além de trazer a seu público garantias visando o seu desenvolvimento e aprendizagem.

No contexto escolar, a educação de estudantes surdos costuma ser caracterizada por desafios, conquistas, avanços e retrocessos. Sua especificidade nos convidou a aprofundar o estudo sobre ela, assim como conhecer mais de perto o universo do estudante surdo na conjuntura atual.

1.1 A pessoa surda e a surdez

Para falar sobre esse ponto é importante apresentar os conceitos de surdo e surdez, a fim de ampliar a compreensão sobre a temática. O termo “surdo” diz respeito ao indivíduo que tem como condição a “surdez”. Segundo Gesser (2009) a surdez pode ser vista tanto a partir de uma perspectiva patológica, quanto vista por uma perspectiva cultural. A perspectiva patológica carrega um significado semântico que por muito tempo esteve bastante presente na sociedade como deficiência, algo a ser superado. A perspectiva cultural, por sua vez, encara a pessoa surda como cidadão de direitos.

Entretanto, para entender a surdez em si é necessário distingui-la em três principais tipos: *condutiva*, *neurossensorial* e *mista*. Ocorre que cada uma delas atinge partes específicas do aparelho auditivo ou um conjunto de partes. Além disso, é preciso compreender também que existe o que se chama de graus de surdez, em que estes podem variar do leve ao profundo de acordo com o nível de dB (decibéis) – termo utilizado para medir o nível de som – sendo considerado normal o som de até 25 dB. A surdez leve está relacionada ao som de 26 a 40 dB, a moderada de 41 a 55 dB, a moderadamente severa de 71 a 90 dB e a profunda quando o som é maior que 91 dB (GESSER, 2009).

Ainda no contexto da surdez, nos deparamos com alguma confusão por parte dos ouvintes sobre o modo como devem referir-se à pessoa surda: “*Mudo, Surdo-mudo, deficiente auditivo ou Surdo?*”, “*Qual a expressão correta e apropriada a utilizar*

quando se reporta a esta comunidade?" Para algumas pessoas o termo “surdo” traz uma carga semântica negativa, mas para comunidade em questão, conforme aponta Gesser (2009) isso se manifesta de forma distinta. Já outras correntes de pensamento consideram que a forma mais adequada para se referir à comunidade é “pessoa com surdez”, uma vez que a condição humana é vista antes de sua condição física.

Entretanto, é preciso problematizar a questão da utilização dos termos “mudo”, “surdo-mudo” e “deficiente auditivo”, eles costumam indicar algo a ser superado, pois baseiam-se numa perspectiva patológica que costuma gerar diversos preconceitos e ratificar a desinformação sobre o tema. As pessoas surdas possuem a capacidade de serem oralizadas, tornando assim incoerente chamá-las de “muda” ou “surda muda”. Entretanto, elas não oralizam espontaneamente porquê não conseguem escutar. Por essa razão, no Brasil, utilizam a Língua brasileira de sinais - Libras - como sua primeira língua. Segundo Gesser (2009), o termo mais apropriado para se referir a comunidade é *Surdos*. Este termo faz referência à identidade da pessoa surda, a sua forma de vida e comunicação, ou seja, faz parte de sua cultura. Outras correntes consideram importante a utilização do termo pessoa com surdez, enxergando a condição de “pessoa” anteriormente a condição ao qual se encontra o sujeito.

1.2 O processo de oralização da pessoa surda

A história da educação de pessoas surdas é marcada por uma série de altos e baixos, inconstâncias essas que auxiliaram as línguas de sinais a conquistar seu espaço no mundo e na comunidade surda. Segundo Goldfeld (2002), até o século XV as pessoas com surdez eram vistas de forma negativa pela sociedade, na antiguidade eram consideradas enfeitiçadas, por este motivo eram abandonadas ou sacrificadas.

No século XVI, os primeiros passos das línguas de sinais começaram a ser traçados. Os educadores da época iniciaram o pensamento e a estruturação de diferentes metodologias para a educação dos surdos. Alguns defendiam a utilização da língua oral, outros uma linguagem de códigos de características viso-espaciais. (GOLDFELD 2002).

Nessa trajetória, variados foram os sujeitos que trouxeram grandes contribuições, um deles foi um monge espanhol chamado Beneditino Pedro Ponce de Leon (1920-1584), que lecionou para alguns surdos utilizando uma metodologia de sinais como a datilologia, além da escrita e da oralização (GOLDFELD 2002). Outro sujeito que marcou essa história foi Abade Charles Michel de L'Épée, um francês que na década de 1750 se aproximou de surdos pelas ruas parisienses aprendendo com eles a língua de sinais,

posteriormente criando “os sinais metódicos”, dessa forma, Abade conquistou um incrível espaço entre os educadores que buscavam criar metodologias para a educação de pessoas surdas.

O século XVIII foi importante para a educação de pessoas surdas, já que houve um aumento considerável de escolas para surdos. Segundo Goldfeld (2002), esse foi tanto um processo quantitativo, como qualitativo pois: “[...] ela teve grande impulso, no sentido quantitativo com o aumento de escolas para surdos, e qualitativo, já que, pela língua de sinais, os surdos podiam aprender e dominar diversos assuntos e exercer várias profissões” (p.29).

Entretanto, por volta de 1860, a partir de alguns avanços tecnológicos, o método denominado oral (método voltado para a oralização de pessoas surdas, proibindo a utilização das línguas de sinais) foi adotado por educadores e profissionais que começaram a defender e utilizar tal método nas práticas educativas de pessoas surdas.

O processo de oralização de pessoas com surdez, marcou de forma negativa a trajetória dessa comunidade específica, já que se constituiu como a negação de uma identidade e cultura de uma população, priorizando a busca pela recuperação da fala e da audição, além de reprimir o uso das linguagens de sinais das pessoas surdas ao redor do mundo. A Filosofia do Oralismo começou a ganhar forças a partir dos anos 60, em contribuição com a visão patológica sobre a surdez (condição da pessoa surda), muitos profissionais da área da saúde começaram a investir no aprendizado da língua oral pelos surdos.

No início do século XX a maior parte das escolas em todo o mundo deixou de utilizar a língua de sinais. A oralização passou a ser o objetivo principal da educação das crianças surdas, e, para que elas pudessem dominar a língua oral, passavam a maior parte do seu tempo recebendo tratamento oral e se dedicando a este aprendizado. O ensino de disciplinas escolares como história, geografia e matemática foram relegados a segundo plano. Com isso, houve uma queda no nível de escolarização de alunos surdos” (BELL, 1980, p.31)

Esse movimento ganhou força até meados da década de 70, a partir do estudo “Sign Language Structure an outline of the visual communication system of the American deaf” de William Stokoe, publicado ainda na década de 60, que trouxe elementos para fundamentar seus propósitos na ASL (American Sign Language. Em português: Língua de sinais americana).

Este movimento possibilitou uma mobilização acadêmica sobre as línguas de sinais e sua aplicação na educação da pessoa surda. Foi a partir desse cenário de negação da cultura surda que esta pesquisa, e as que se desenvolveram a partir delas, trouxeram

grandes contribuições para a comunidade surda e a sociedade de forma geral, pois possibilitaram uma mobilização acadêmica sobre as línguas de sinais e sua aplicação na educação da pessoa surda.

Segundo Gesser (2009), o processo de negação das línguas de sinais, na educação de crianças surdas, existente na comunidade em geral, traz certa aversão ao processo de oralização, pois "Oralizar é sinônimo de negação da língua dos surdos, de correção, de imposição de treinos exaustivos, repetitivos e mecânicos da fala", em consonância com os dolorosos processos de oralização de surdos ocorridos inicialmente.

Dessa forma, o processo de oralização da pessoa com surdez traz marcas negativas a trajetória desses sujeitos, que têm seu processo cultural e identitário minimizado, através da negação da sua língua materna, a língua de sinais.

1.3 Culturas e identidades surdas

Para compreender melhor este ponto pensamos a partir da perspectiva da comunidade surda, que está inserida numa sociedade majoritariamente oralizada, dificultando a comunicação plena entre surdos e ouvintes, que por muitas vezes pode ser considerada rasa e até mesmo inexistente. Um dos elementos mais atenuantes nessas diferenças culturais é a língua que é tomada como um fator de identidade. Logo, partindo dessas perspectivas, a diferença linguística já é um fator marcante na construção da identidade das pessoas surdas em relação aos ouvintes.

Essa diferença acabou atenuando um convívio diferenciado entre surdos e ouvintes, em que as práticas e costumes que compartilhavam, eram totalmente diferentes. Segundo Gesser (2009, p.54) "os surdos, têm características culturais que marcam seu jeito de ver, sentir e se relacionar com o mundo...". Socialmente deve-se respeitar essas diferenças culturais. Para finalizarmos e compreendermos melhor essa situação, Skliar (1998) e Gesser (2006,2008) comentam:

Pensar no surdo, no singular, com *uma* identidade e *uma* cultura surda, é apagar a diversidade e o multiculturalismo que distingue o surdo negro da surda mulher, do surdo cego, do surdo índio, do surdo cadeirante, do surdo homossexual, do surdo oralizado, do surdo de lares ouvintes, do surdo gaúcho, do surdo paulista, do surdo de zonas rurais... (APUD, GESSER, 2009).

Ou seja, falar da pessoa surda e da surdez atualmente constitui-se como relevante, uma vez que a perspectiva patológica deve ser superada. Diante do colocado, fez-se necessário enxergar a comunidade surda a partir de uma perspectiva diferente, já que

existem políticas sociais e educacionais voltadas para a comunidade surda que legalmente a reconhece e respeita. Os processos de diferenças dessa comunidade precisam estar em evidência, buscando promover uma universalização e democratização que se estende ao ensino.

1.4 A libras e sua trajetória no Brasil

Toda língua, seja ela qual for, possui uma gama de perspectivas e elementos que a compõem. Com a Língua Brasileira de Sinais não é diferente, ela é variável e completa, diferenciando-se da língua portuguesa em vários aspectos, mas o principal deles é que a Libras se manifesta majoritariamente através do campo visual-espacial, enquanto a outra pelo campo oral-gráfico. Por possível desinformação de muitos, alguns mitos recaem sobre a língua de sinais, como a ideia de se tratar a Libras como *universal e artificial*, ignorando todo estudo sobre os aspectos fonológico, morfológico, sintático e semântico que a contempla, além dos aspectos culturais e sociais.

Segundo Goldfeld (2002), a trajetória da Língua de sinais brasileira no Brasil já é bastante antiga, ela iniciou no período do Brasil Colônia – na administração de D. Pedro I – com a chegada ao Brasil do professor francês Eduard Huet, que trabalhava com a língua de sinais francesa, além da criação do Instituto Brasileiro de Surdo-mudo, o atual INES (Instituto de Educação dos Surdos). De lá para cá, muitas transformações aconteceram na sociedade e as pautas das comunidades surdas passaram a ser discutidas em vários níveis e esferas sociais. A exemplo disso no ano de 2002 foi promulgada, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei nº 10.436 que passou a reconhecer a Libras como meio de comunicação:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

O decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, Art 3º promulgado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu em seu capítulo II que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 1988)

Além das contribuições citadas acima, o decreto trouxe uma série de direitos garantidos à pessoa surda, dentre eles a regulamentação da formação do profissional intérprete e professores bilíngues, a garantia do direito à educação, entre outros fatores.

As transformações também se estenderam ao campo da educação inclusiva, como se pôde observar a partir da LDB (Lei de diretrizes e bases educacionais) que esclareceu o atendimento educacional especializado nas salas de aula comuns:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996).

Esses foram alguns marcos políticos da Libras e da comunidade surda na nossa história, contudo há muito a ser discutido sobre a realidade a partir das políticas vigentes e com isso lutar por uma pedagogia que vise buscar novos horizontes para a educação da pessoa surda, criando caminhos e possibilidades feito por pessoas surdas e para pessoas surdas.

1.5 A educação e a inclusão da pessoa surda

O processo de marginalização, mediante o não reconhecimento dos direitos da educação de estudantes surdos, pertenceu a um cenário negacionista, salientando as desigualdades resultantes dessa trajetória. Ver uma pessoa cega, surda, com alguma limitação psíquica e/ou motora dentro da sala de aula é uma conquista de muita luta e debate de professores e estudiosos da educação, por uma educação universal e democrática. Na sociedade brasileira, essa luta se concretizou na criação de leis e medidas presentes na constituição e nos documentos de viés político no campo da educação, principalmente no ano de 1996, com a publicação da Lei Nº 9.394, a Lei de Diretrizes e

Bases Educacionais, que estabeleceu diretrizes e bases da educação nacional, a educação inclusiva.

Entretanto, deve-se estar atento ao que se apresenta além do que está escrito, considerando as práticas corriqueiras, que na teoria, surgem no sentido de promover a democratização do ensino. Pensar em educação inclusiva é ir além de conceber medidas para “facilitar” condições de acesso à escola e à educação, significa entender as especificidades de cada um (não apenas em um contexto de deficiência) e oferecer condições para que os estudantes construam o seu conhecimento.

No contexto da educação de estudantes surdos, ainda é possível encontrar algumas lacunas a serem preenchidas. Estudos como o de Basso e Capellini (2012) mostraram que os alunos surdos encontram muitas dificuldades nas salas de aula regulares, devido à aprendizagem tardia da Libras. A LDB (1996) no seu art. 59, nos afirma que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

.- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

I.- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

II.- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996)

Assim, é importante garantir social e legalmente que os alunos que possuem alguma necessidade especial, possam e devam estar inseridos no contexto da sala de aula do ensino regular, mas para que essa inserção aconteça é preciso formar profissionais capacitados e preparados para o trabalho com o aluno surdo, é necessário um ambiente que promova seu desenvolvimento cognitivo com o aporte de materiais didáticos necessários para sua inclusão.

A partir destes exemplos percebemos que o cenário escolar de estudantes surdos ainda precisa ser constantemente reavaliado, assim como a formação de profissionais, uma vez que estes estão diretamente ligados ao processo formativo de pessoas surdas. Também é preciso refletir sobre materiais, atividades e estratégias adequadas que busquem integrar a criança surda com os colegas e com as demandas escolares. Pensar

sobre a temática e as medidas tomadas a partir dela se configura como relevante no campo social, político e educacional.

1.7 A Professora, a Intérprete e a Sala de aula regular

Neste trabalho acreditamos que a sala de aula se constitui como um espaço que está para além das aprendizagens formais e de relações verticais, se manifesta como um espaço sociocultural, de trocas culturais, físicas e afetivas. Pensar numa sala de aula regular é pensar numa multiplicidade de perspectivas e singularidades, tanto em relação aos alunos, quanto aos professores. Desse modo, as práticas cotidianas escolares devem estar integradas a uma realidade de mundo do sujeito surdo, devendo considerar sua realidade linguística e social. Sobre este ponto trouxemos a importante contribuição de Paulo Freire, no livro *a Pedagogia do Oprimido*:

Mas, como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homens-mundo. Daí que este ponto de partida esteja sempre nos homens no seu *aqui* e no seu *agora*, que constituem a situação, em que se encontram ora imersos, ora emersos, ora insertados. (p.103, 2019)

No contexto da sala de aula regular, especificamente a sala de aula regular com estudantes com surdez, encontramos diversos sujeitos envolvidos nesse processo educativo, sujeitos esses que possuem papéis fundamentais: a professora, como mediadora das aprendizagens; a intérprete, estabelecendo uma ponte entre a professora e o aluno, mediada pela linguagem e os demais estudantes que também fortalecem os vínculos afetivos e de relação entre os pares. A dinâmica entre esses sujeitos constrói um pilar educativo importante, pautado em trocas cognitivas e principalmente afetivas, essenciais para a aprendizagem e inclusão da criança com surdez.

Foi a partir dessas pautas que a educação inclusiva não veio apenas para garantir o acesso e a permanência desses alunos na sala de aula, mas para criar condições humanas de aprendizagem, onde são reconhecidas as diferenças e limitações de cada um. A Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (1996) veio para fomentar e institucionalizar o papel que cada sujeito ocupa através das políticas públicas, de acordo com o art. 59, já mencionado anteriormente que assegura ao público alvo da educação especial “Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Desse modo, a lei nos traz garantias para compreender os caminhos metodológicos e práticos da educação desses estudantes, buscando assegurar alguns

elementos básicos para este processo. No quesito formação de professores, a lei determina:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

Também institucionaliza a educação bilíngue — a libras como primeira língua, a materna e o português como segunda língua — e a importância do profissional de apoio educacional especializado, que no caso de estudantes surdos é o intérprete. Como fomenta a lei nº 14.191/2021:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em pólos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

Essas são algumas das políticas, que se somaram ao processo educativo de pessoas com surdez, considerando o bom funcionamento da sala de aula e os processos de aprendizagem dos estudantes. Sendo assim, o debate educacional não deve estar dissociado da realidade escolar, uma vez que refletem o cenário educacional. Nesse sentido, o próximo capítulo fez uma breve revisão de estudos científicos, que exibiram esse processo de inclusão da pessoa surda, a fim de compreender a referida temática no campo educacional e social.

1.8 As filosofias educacionais: Comunicação Total e Bilinguismo

Durante algum tempo, a educação de pessoas surdas ocupou espaços diferentes e mediados por perspectivas distintas. O oralismo, por muito tempo, foi considerado uma das filosofias educacionais apropriadas no processo educativo de pessoas com surdez,

marcando a história dessa comunidade de forma negativa, uma vez que a perspectiva patológica ignora as diferenças culturais, linguísticas e sociais.

Novos horizontes e formas de enxergar o processo educativo de estudantes surdos foram surgindo e a *comunicação total* ganhou espaço. A teoria da comunicação total se preocupa com os processos comunicativos entre surdos e ouvintes através da aprendizagem da língua oral, utilizando-se de recursos espaço-viso-manuais como meio de facilitar a comunicação, (GOLDFELD, 2002). Essa teoria considera tanto os aspectos cognitivos, quanto os aspectos psicossociais. Diferencia-se do oralismo, que considera que apenas a aprendizagem da língua oral garante o pleno desenvolvimento da criança, enxergando esse processo educativo de forma mais ampla, considerando diversos recursos, entre eles os espaciais, visuais, orais e manuais.

Atualmente foi assegurada por lei a educação de pessoas com surdez na perspectiva do *bilinguismo*, mas é importante compreender o que é a educação bilíngue e seu papel na educação dos surdos. O bilinguismo assume um papel importante no debate da educação de estudantes surdos, uma vez que a filosofia educacional bilíngue é uma abordagem garantida pela legislação e tem como premissa básica que as pessoas com surdez podem dominar sua língua materna (a libras) e a segunda língua, que é a oficial de seu país. Para Skliar (2003) a educação bilíngue “[...] es un punto de partida y, tal vez, también, un punto de llegada” (p. 5), uma vez que deveria refletir sobre uma condição sociolinguística da própria comunidade surda, ou seja, foi através desse debate que a escola bilíngue passou a pensar em criar as condições de acesso para sua efetivação. Esse é um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases Educacionais, que fala no seu Artº 60-A.

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (BRASIL, 1996)

Em suma, a educação de pessoas com surdez pertenceu a diversos campos, influenciados por diferentes teorias e perspectivas, fundamentando-se atualmente na perspectiva do bilinguismo e reafirmando uma educação cujo o respeito às diferenças linguísticas e culturais são os pilares desse processo.

1.7 A formação docente voltada a educação de de estudantes surdos

Para aprofundar um pouco mais o olhar acerca da discussão proposta neste trabalho, é importante discorrer sobre o processo formativo do profissional docente. A formação docente reflete um cenário de aprendizagem, segundo Silva et al (2017), esse processo se compromete com dois grandes fatores: a aprendizagem dos alunos e a do próprio professor. Desse modo, a "formação profissional é um direito do professor, assim como a formação escolar é um direito do aluno." (p.3) representando então uma série de construções e desconstruções essenciais para a prática pedagógica do profissional. Tal prática, reflete ações que vão impactar em diversos setores da sociedade. Nesse sentido, a educação foi concebida por Shaw (2012) como "prática social", podendo também considerá-la como prática política, uma vez que sua ação em sala de aula tem relação direta na sociedade.

Historicamente, esse processo formativo passou por transformações mediatizadas por tendências metodológicas, inseridas em contextos sociopolíticos. Tais ideais se materializaram nos currículos de formação docente, influenciando os caminhos formativos dos professores, fazendo-os pensarem sobre suas práticas. Segundo Pereira (1999), inicialmente uma das tendências metodológicas mais presentes nos currículos de formação de professores era a *racionalidade técnica*, em que "o professor era visto como um técnico, um especialista que aplicava com rigor, na sua prática cotidiana, as regras que derivavam do conhecimento científico e do conhecimento pedagógico" (p. 112). Assim, a prática docente era vista apenas como um processo de transmissão de saberes científicos, sem uma análise crítica e reflexiva sobre a mesma.

Em contrapartida, mediante mudanças políticas, os currículos passaram a adotar a *racionalidade prática*, em que "o professor era considerado um profissional autônomo, que refletia, tomava decisões e criava durante sua ação pedagógica, compreendida como um fenômeno complexo, singular, instável e carregado de incertezas e conflitos de valores." (p.6). Nesse processo, a formação docente buscava trazer aos estudantes uma ação dialética de ação e reflexão baseados no cotidiano e nas demandas sociais.

Diante do colocado, é importante destacar uma série de políticas públicas que influenciaram esse processo tão importante para a educação brasileira. Dentre elas, destacamos a criação da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases Educacionais), em suas várias contribuições para o cenário da educação que se dedicou a estabelecer as diretrizes da formação docente, dando a ela um caráter social político, definindo:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

Assim, a formação assumiu um caráter social e crítico da sua prática pautada no contexto sociopolítico da sociedade. Dessa maneira, e a partir do que foi colocado, compreendemos que ela deve ser contínua, dinâmica e não engessada. Esse processo dialético se manifestou como necessário pelo contexto globalizado no qual estamos inseridos, levando em consideração, através dessas políticas, a formação continuada desses profissionais. O PNE (Plano Nacional da Educação) ou lei nº 13.005/2014, que definiu metas, diretrizes e estratégias para a política educacional, num período de dez anos, tendo vigência até 2024, deliberou a seguinte meta:

META 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Esse processo de formação continuada docente não se tratava apenas de uma ação do próprio docente, mas também de uma preocupação de instâncias federais, estaduais e municipais, formalizadas por meio de políticas públicas de formação e ensino, para que essa formação, pautada no desenvolvimento social do sujeito, estivesse voltada a atender as demandas de cada um dos diferentes níveis e modalidades da educação básica, tendo como premissa uma formação crítica e fundamentada numa coerência entre teoria e prática.

CAPÍTULO III: TRILHA METODOLÓGICA

1 - NATUREZA, MEIOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA.

Ao buscar a compreensão da prática de professores na educação da pessoa surda, o presente estudo se configurou como uma pesquisa de natureza qualitativa, em que segundo Godoy (1995):

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido a partir do contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (p.21)

Nos preocupamos em trabalhar com essa realidade em seus aspectos mais individuais, considerando os sujeitos ligados a esse processo buscando suas perspectivas sobre a temática. Minayo (2002) argumenta que “A abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (p.22). Foi neste sentido que a presente pesquisa buscou traçar seu caminho, uma vez que almejamos, através do olhar docente, compreender sobre a prática do mesmo na educação do aluno surdo, ampliando assim a reflexão sobre o assunto. A ênfase foi no relato do educador, sendo este o ponto de partida para a análise.

Para melhor atender as demandas da pesquisa, nos preocupamos em traçar um caminho metodológico que nos desse aporte para compreender esses processos. Para isso, o tipo de pesquisa que adotamos foi o Estudo de caso. Godoy (1995) diz que “o propósito fundamental do estudo de caso (como tipo de pesquisa) é analisar intensivamente uma dada realidade social...” Segundo a referida autora, o estudo de caso se apresenta como:

“[...] estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real” (p.25)

Trata-se de um estudo de caso poque a pesquisa considerou a análise acerca dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola específica. Assim sendo, o que este trabalho apresentou são considerações sobre uma determinada realidade.

2- INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Como procedimento de coleta de dados e informações, utilizamos a *entrevista semiestruturada*. Para Minayo (1998), tal instrumento permite uma melhor interação entre pesquisador e sujeito pesquisado, pois:

A premissa básica é que a entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador. (p.114)

As entrevistas nos forneceram informações primárias e secundárias, que puderam ser tanto objetivas, quanto subjetivas, além de possuírem variadas configurações quanto a seu modo de aplicação. Trabalhamos, nesta pesquisa, com a entrevista *semiestruturada*, que, segundo Minayo (1998), “permite ao entrevistador obter resultados mais aprofundados sobre a opinião dos entrevistados (p.9)” a fim de identificar através desse processo as nuances no universo do docente. As seguintes questões foram usadas na entrevista: *Como são planejadas as estratégias de inclusão do aluno surdo na sala de aula regular? Quais os desafios e possibilidades que se manifestam na prática pedagógica com alunos surdos? Qual o seu (docente) sentimento nesse processo?*

Em suma, utilizando o percurso metodológico aqui apresentado, buscamos em nosso caminho de estudo, tecer uma aproximação entre o tema de pesquisa e os sujeitos pesquisados, com a finalidade de trazer contribuições ao âmbito acadêmico, educacional e social.

3- UNIVERSO PESQUISADO

O trabalho foi realizado em uma escola municipal localizada do município de Moreno, com foco em professores da educação básica do município, mais especificamente, professores atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental. A escolha por esta escola deste município específico se deu pelo critério de conveniência (GIL,1999), uma vez que a pesquisadora deste estudo reside em Moreno e tinha um contato para se aproximar da referida escola.

O ensino fundamental, por sua vez, compõe uma etapa da educação marcada por uma série de transformações para as crianças advindas da educação infantil, uma das etapas mais longas, com duração de nove anos. É nesta fase que se ampliam as

experiências e a sistematização do ensino de modo a garantir uma aprendizagem progressiva. Segundo a BNCC (2018):

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela **consolidação das aprendizagens anteriores** e pela **ampliação das práticas** de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente. (p.59)

4- SUJEITOS PESQUISADOS

A pesquisa foi realizada com as duas professoras de sala de aula regular com atuação na educação básica, mais especificamente, na etapa do ensino fundamental I, da rede municipal de ensino da cidade de Moreno-PE. As docentes entrevistadas atuavam em seu grupo de discentes com estudantes surdos. Os estudantes contavam com auxiliares, ou seja, com intérpretes que possuíam papel fundamental nas práticas escolares. Dentre o corpo docente que atuava no ensino fundamental I da escola pesquisada, apenas as entrevistadas trabalhavam com alunos surdos em sua sala de aula regular.

5- METODOLOGIA DE ANÁLISE

A análise de dados se configura como um momento de extrema importância para as pesquisas de cunho qualitativo, através dela que estabelecemos uma conexão entre os pressupostos da pesquisa e realidade na qual estão inseridos os dados obtidos. Estes, por sua vez, foram discutidos à luz da análise de conteúdo temática, segundo Minayo et. al (1994). Trata-se de um conjunto de técnicas que permite trazer às pesquisas de cunho qualitativo um olhar para as questões subjacentes da escrita, sendo extremamente relevante, pois:

“[...] refere a *verificação de hipóteses e/ou questões*. Ou seja, através da análise de conteúdos podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipótese). A outra a *descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos*, indo além das aparências do que está comunicado. As duas funções podem, na prática, se complementar e podem ser aplicadas a partir dos princípios da pesquisa quantitativa ou qualitativa” (p.74).

Foi através da análise de conteúdo temática que nos debruçamos e estabelecemos uma relação entre teoria e prática. De acordo com esta autora, a análise do conteúdo temática passa por três fases, a primeira é a fase de pré-análise: momento onde é

determinada a organização dos dados obtidos, o que será analisado e a definição das unidades de análise. A segunda fase corresponde ao momento de execução das questões levantadas anteriormente e a terceira fase corresponde ao tratamento e interpretação que damos a pesquisa. (GOMES, 2002)

Foi a partir dessas perspectivas que planejamos, tratamos e analisamos os dados obtidos através do instrumento de pesquisa já mencionado anteriormente, buscando assim melhor compreender, a partir da fala docente, a prática pedagógica de professores que lecionam para alunos surdos em turmas regulares no Ensino Fundamental I, em uma escola no município de Moreno- PE.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após serem transcritas literalmente, lidas e relidas, exaustivamente, de acordo com as etapas orientadoras de Minayo (2002), as entrevistas foram compreendidas à luz da análise de conteúdo temática. Os estudos apresentados por Minayo (2002) são fundamentados a partir das ideias de Bardin, que também fundamentou a análise a partir da seleção de conteúdos temáticos, assim como seu próprio nome sugere e explica, categorias foram extraídas, em forma de temas, do próprio corpo das entrevistas a fim de nos fazer dialogar com os objetivos deste estudo, possibilitando uma sistematização facilitadora da análise dos dados obtidos. As docentes entrevistadas foram nomeadas neste trabalho: "professora A", em relação a primeira entrevistada e "professora B", em referência a segunda.

Analisando a primeira questão: *Quais os desafios e possibilidades que se manifestam na prática pedagógica com alunos surdos?*. Elencamos os temas de análise que foram organizados a partir das unidades apresentadas na entrevista foram: "**Formação docente para a Educação Inclusiva**". Divergindo da temática apresentada, mas se configurando como ponto importante de análise, também foi apresentado o tema "**Relação entre pares**".

Analisando a unidade temática "**Formação docente para a Educação Inclusiva**", resgatamos uma questão já discutida no corpo deste texto. A formação docente se configurou como um processo importante, já que a prática pedagógica é vista como "prática social", logo, ela materializa uma construção dialética de ação e reflexão sobre os saberes e a prática docente. Pensando nessa formação, é importante considerar também o caráter político/social — no sentido de políticas públicas — que esteve diretamente ligado a ela, uma vez que eram fatores influenciadores de forma direta nesse processo formativo do sujeito. A questão da formação docente também foi comentada por uma de nossas entrevistadas:

"Então o primeiro desafio foi esse, foi eu não ter tido nenhuma disciplina, na época da graduação, me formei em 2008.2, então eu não tive nenhuma disciplina, não tinha na época no currículo da gente, no curso de Pedagogia da Federal que eu estudei, eu acredito que hoje até tenha, mas na época não tinha..." (Professora A)

A partir do discurso apresentado pela professora, foi importante realizar um resgate na legislação em relação à educação da pessoa com surdez. Anteriormente situamos que o decreto de nº 5.626/2005, em seu Art 3º, lembrando que o mesmo abordava sobre a inserção da Libras como disciplina obrigatória curricular na formação dos professores. Diante do trecho apresentado, podemos considerar que apenas no ano de 2005 a Libras veio ocupar um espaço significativo na formação inicial dos professores, o que implicou em mudanças na elaboração dos currículos. Nesse sentido, a professora afirmou que não passou por esse processo durante sua formação, o que acaba lhe distanciando do universo da pessoa com surdez, já que apontou como principal desafio a barreira da língua. A partir disso, apresentou a necessidade de buscar por esse conhecimento fora do campo da formação superior e relatou que:

Eu poderia ter buscado fora, busquei fora, mas não concluí (risos), mas acredito que se o curso oferece fica mais fácil. (Professora A)

Anteriormente apontamos que esse processo formativo deve ser contínuo e mediado através de políticas públicas educacionais. A fala da professora apresentou um ponto de discussão importante no que se refere à formação docente, que é a formação continuada, ou seja, aquela formação que se estenda à formação de base. Por este motivo, foi assegurado por lei a criação de políticas públicas para a formação continuada docente, visando a garantia dos direitos de aprendizagem dos estudantes na garantia de profissionais e apoio especializado, capacitados a lidar com as demandas de seus grupos.

Além de pensar a formação a partir de um viés político – através de políticas públicas – deve-se pensar numa perspectiva ampliada do processo formativo do professor. Este se inicia desde a sua escolha em ser docente, passando pela sua formação básica e se estendendo até a graduação. Além disso, é preciso considerar também as experiências do docente neste processo, como a de gerir uma sala de aula, por exemplo. Essa perspectiva fica evidente quando a professora A sinaliza que:

Fiz estágio na APAE em Recife. Fui monitora da disciplina de educação inclusiva na Federal durante três anos, me aposentei como monitora da disciplina e é um mundo que eu gosto muito que é trabalhar com inclusão [...]

É reconhecendo esses pontos que a professora inicia um processo de reflexão sobre sua prática, caracterizando assim a formação como um processo de ação-reflexão, considerando os momentos de trocas com outros professores, como também todo seu processo formativo de modo geral. As questões pontuadas aqui não minimizam o processo formativo no seu caráter político, mas valorizam o crescimento pessoal e

profissional dos professores que acontece dentro de sua própria rotina, de suas próprias experiências.

Nessa direção, cabe aos professores, futuros professores e apaixonados pela educação a reivindicação pela garantia dos direitos educacionais aqui já mencionados, sobretudo os direitos da educação inclusiva, visando não só a conquista de espaços e materiais apropriados, mas também a capacitação de profissionais qualificados.

A partir do que foi discutido é importante considerar a fala do professor Antônio Nóvoa (2001), que compartilha que “O aprender contínuo é essencial em nossa profissão. Ele deve se concentrar em dois pilares: a própria pessoa do professor, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”.

A partir dos relatos também foi apontado pela professora B a problemática da "falta de preparo do professor", argumentando que:

[...] a maior dificuldade que eu observo em questão de sala de aula (é voltada a essa questão da inclusão), são assim muita das vezes a falta de preparo do professor, certo? Isso é algo que ainda não foi investido, certo?! Não investem na gente, porque pode acontecer que o professor que acompanha aquele aluno falte e a gente ser aquele apoio, então assim, pra mim, a primeira dificuldade é essa questão, sabe? De falta de investimento no professor. (Professora B)

Nesse discurso a professora trouxe dois elementos relevantes para as discussões, o *primeiro* voltou-se para a “questão da inclusão” que se apresentou como um desafio presente em sua prática, pois, por vezes há um despreparo do professor para atender as demandas da pessoa com surdez na sala de aula, e o *segundo* apontou para a falta de investimento nessa formação. Logo, para compreender as questões levantadas pela entrevistada foi necessário estabelecer diálogo com alguns aspectos apontados anteriormente nesta pesquisa. Como por exemplo, resgatar a ideia de que no campo da inclusão, a pessoa surda pertenceu a um espaço de negação, negação do direito à educação e da cidadania, já que ela era vista sob uma perspectiva patológica. Além disso, é necessário lembrar a criação da Lei 9.394/96, que determinou em seu Art. 59 resoluções que asseguraram o direito dos surdos à inclusão nos diversos aspectos da esfera educacional.

Assim, destacamos a partir do documento citado anteriormente a existência da determinação de “*currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades*”, como também “*professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses*

educandos nas classes comuns". Estes aspectos aqui apontados se relacionam com o modo como o preparo do professor foi descrito a partir da fala da professora B, assim como com os aspectos da formação docente apontados pela professora A.

Quanto à questão do "investimento", indicado pela professora B, consideramos uma variedade de esferas e significados que essa colocação nos apresentou. Quando perguntado a professora sobre a que esfera semântica pertencia essa problemática dos investimentos apontados por ela durante a entrevista, ela levantou algumas questões relevantes para a análise, como exemplo descrevemos a seguir:

[...] recurso para o próprio professor. Falta de material didático, entendeu? É uma das coisas que o professor que está com ele (o professor de libras) é que tem que inventar, reinventar. (Professora B)

Nesse contexto, quando se referiu a investimentos, ela fez uma correlação com recursos didáticos, que são meios importantes no cotidiano da sala de aula, uma vez que auxiliam nesse processo de aprendizagem das crianças. No contexto da surdez, pesquisas apontaram defasagem nesse processo, demonstrando que alunos surdos encontram dificuldades nas salas de aula regulares devido a inúmeros fatores (BASSO E CAPELLINI, 2012).

Diante do apresentado, é possível perceber como a questão linguística de formação docente é um fator atenuante na prática pedagógica das entrevistadas, a partir da ideia de que o processo inclusivo está para além da teoria. Faz-se cada vez mais necessário pensar sobre a prática, sobretudo, como propõe esta pesquisa, uma reflexão sobre a fala dos docentes que atuam com estudantes surdos e precisam cada vez mais serem ouvidos.

Seguindo para a análise da unidade "**Relação entre pares**" iniciamos argumentando que, dentro do campo da educação inclusiva, as políticas educacionais têm se voltado para esse processo, o que podemos destacar na fala da professora B:

"Olha, o positivo, pelo menos com meu aluno, é a boa relação que ele conseguiu construir, tanto com os colegas isso é uma das coisas positivas, essa relação que ele consegue construir com os colegas, e assim, é interessante que ele consegue o respeito dos colegas."

A partir dessa fala bastante pertinente, percebemos que é por este caminho que a Lei nº 9493/96 incluiu nas salas de aula de ensino regular estudantes surdos, na sessão dedicada a modalidade de educação bilíngue para surdos, destacando o direito ao acesso à sala de aula regular, conforme apresentado na referida lei.

As pessoas com surdez nem sempre ocuparam um lugar de direito nas salas de aula, principalmente nas salas de aula regulares. Foi com o avanço de estudos sobre a temática que o surdo teve cada vez mais garantido seu local de direito na sociedade. Historicamente, essa defasagem construiu uma diferença bastante significativa em relação aos estudantes surdos e estudantes típicos, o que vem reafirmando a importância de estudos e reflexões sobre o cenário educativo de pessoas com surdez, visando o rompimento dessas barreiras e as questões que a envolvem.

Em oposição a este cenário, as políticas de inclusão de alunos surdos em sala de aula regulares, buscaram, através dessa inclusão na sala de aula regular, promover uma formação humana, uma formação que permita que os alunos possam conviver com as singularidades em sala de aula, pois sabemos que a condição da surdez trouxe aos alunos surdos um impacto na sua vida social. Nesse sentido a escola se torna o espaço onde essas singularidades são vivenciadas, aprendidas e ensinadas, de forma a garantir a equidade social.

Na análise da segunda questão: *Como são planejadas as estratégias de inclusão do aluno surdo na sala de aula regular?* Obtivemos o seguinte tema de análise: **“Estratégias de Inclusão para estudantes surdos”**.

Durante as entrevistas, foram levantadas questões sobre as estratégias utilizadas pelas professoras na sala de aula regular, na inclusão dos alunos surdos, dentre os pontos levantados, destacamos a “aproximação de conteúdos” como ponto de partida para análise da unidade temática. As respostas apresentadas pelas professoras caminharam no sentido de adaptações de conteúdos para as necessidades dos alunos, como salientado na fala da professora A:

Trazer atividades que ele pudesse participar junto com os colegas, atividades em grupos para ele se sentir fazendo parte, realmente sendo inserido, não é só colocar o menino numa sala de aula com a intérprete do lado e pronto, esquecer do resto, sabe?!

Essa fala nos remete ao próprio sentido da educação inclusiva, em que o estudante que possui alguma demanda específica seja integrado numa sala de aula regular, e construa suas aprendizagens juntamente com seus colegas e professores, num processo dialógico e dialético. A fala trazida pela professora é pertinente ao considerar a educação de pessoas com surdez em seu contexto escolar, esta fala potencializa a pauta, ratifica-a:

É entendendo que ele faz parte da sala de aula, sabe, que não é um aluno a mais, é um aluno da sala de aula, que ele faz parte da turma, ele não é um aluno que é especial, ele faz parte da turma. (Professora A)

Nessa fala também é importante destacar a posição na qual a docente coloca o estudante, ela diz que o enxerga como parte da sala de aula, se colocando em oposição a ideia que enxerga esse aluno como alguém fora desse corpo, fora do processo, negligenciando sua dinâmica e demandas de aprendizagem em conjunto com o grupo que compõe a sua sala.

Em seguida, foi salientado que dentre as estratégias utilizadas pelas entrevistadas as “atividades grupais” são um de seus recursos metodológicos, uma vez que o estudante surdo está inserido numa sala de aula regular e deve trabalhar em conjunto com os colegas, participando e interagindo. A professora A aponta que:

[...] é preciso tentar fazer com que o conteúdo que a turma está estudando, ele também perceba que ele também está aprendendo aquele mesmo conteúdo para que ele não se sinta excluído.

Já a professora B partilhou um pouco do contentamento de seu aluno quando participa de uma atividade grupo e o sentimento de pertencimento gerado nessa criança:

Se tem uma atividade em grupo, eu tento trazer o máximo possível os meninos para perto dele, para ele participar e ele assim, ele gosta, ele é uma criança ativa, ele não é uma criança pacata não! Por ele não ouvir e não ter a condição de falar, ele participa.

Finalizando este bloco de análise, foi levantado pelas professoras o "auxílio da intérprete” como meio estratégico para a inclusão das pessoas com surdez. Salientamos que as políticas educacionais enfatizam a importância da perspectiva bilíngue para pessoas com surdez, garantindo a elas o acesso pela mediação de profissionais capacitados para sua efetivação, de acordo com o que assegura a LEI Nº 14.191/2021, apresentada anteriormente neste trabalho.

Nesta pesquisa a figura da intérprete, aparece na fala docente como um dos pilares da educação dos surdos, segundo a professora B:

A relação dele com a acompanhante dele (professora de libras) é muito boa, muito intensa, então ela tem a facilidade de explicar pra ele o que eu estou falando, ela presta atenção, vai olhando, e vai conversando com ele, explicando o que eu estou querendo passar, né? [...]

Nessa fala, a professora colocou a relação da intérprete com aluno como um facilitador das estratégias. Mediante ao apresentado anteriormente, que é o fato de não dominar a língua de sinais, essa relação se apresentou como facilitadora das práticas inclusivas planejadas pela professora nas práticas cotidianas.

Já a professora A, salientou a diferença que existe entre seu trabalho enquanto docente e papel que a intérprete ocupa na sala, ela argumentou que:

[...] a professora é você, que você está ali para ensinar ele, que tem intérprete, mas ela está ali para ajudar, né? Ela não vai substituir a professora, ela está ali para me ajudar, para interpretar, as aulas sou eu que preparo, obviamente que ela tem um papel fundamental [...]

Diante das falas e reflexões expostas aqui, salientamos a importância de criar estratégias de fato inclusivas para os estudantes, buscando, com o auxílio da intérprete, promover práticas inclusivas que abracem as diferenças em sala de aula. Nesse sentido, podemos pensar em como esses três diferentes pilares guiaram o questionamento inicial: “Aproximação de conteúdos”, “Atividade grupais” e “Auxílio da intérprete” se entrelaçam e se manifestaram a partir das perspectivas das professoras e de sua importância no processo de inclusão de pessoas com surdez na sala de aula regular.

A terceira questão: *Como você (docente) se sente nesse processo?* nos revelou o seguinte tema de análise: **"Sentimentos vivenciados na relação entre professores, estudantes e intérpretes"**. As falas das professoras trouxeram consigo um misto de sentimentos nos mais diversos âmbitos. Em linhas gerais, foi relatado o sentimento de *desafio*, a professora A expõe que:

Então, trabalhar com inclusão é desafio, quer dizer, trabalhar com educação é desafio, trabalhar com pessoas é um desafio. Trabalhar com subjetividade o tempo todo assim, com algo que você não domina, que você acha que você planeja uma aula vai chegar lá e vai acontecer da forma que você pensou.

A docente compartilhou um sentimento pessoal, sendo um dos pontos levantados por ela o de que “trabalhar com a subjetividade” é algo que a coloca numa posição desafiadora cotidianamente, ela trouxe um planejamento de uma aula e pode se deparar com diversas situações que vão romper com seus planos. Ela também apresentou o *desafio da língua* como potencializadora dessas dificuldades, argumentando:

[...] tem a questão da língua dele que é diferente, então assim, ele tá aprendendo duas línguas ao mesmo tempo, enquanto os coleguinhas estavam só no Português, só aprendendo gramática, ele estava aprendendo duas coisas ao mesmo tempo (Professora A).

Nesse sentido, o desafio da língua não partiu só da professora, como apontado no primeiro bloco dessa análise, mas também do estudante, que estava sendo alfabetizado na sua primeira língua, a Libras, como também na sua segunda língua, o Português. O que nos leva a refletir sobre a complexidade desse processo, tanto para o docente, quanto para os estudantes com surdez que estão nesse processo, dando abertura ao estudo de outras pesquisas e estudos. Já a professora B reforçou o sentimento de frustração pelo não

conhecimento da língua, o que acabou, de certa forma, impondo barreiras na interação com os alunos. Esse sentimento fica claro quando fala:

Olhe, no início você fica meio chocada, sabe? Porque você está falando e aquela criança não está te ouvindo. Ela fica olhando, mas chega um momento que aquilo deixa de ser interessante para ela porque ela não tá entendendo, né?

Entretanto, esses sentimentos assumiram também uma outra perspectiva que fugiu do campo da frustração para um sentimento de motivação, uma vez que essas dificuldades apresentadas as motivaram a aprender e buscar cada vez mais, ficando evidente na fala da professora A, quando diz:

E esse desafio move você, porque eu gosto de ser desafiada, entendeu? Porque acho que educação é isso, é você entender com seus alunos o que tá acontecendo e você simplesmente assim, de uma hora para outra, ir de um extremo ao outro [...]

A professora B compartilhou também o sentimento de gratidão, e reforçou mais uma vez a importância da intérprete e o papel que ocupa na sala de aula. Esse sentimento se deu a partir das trocas que realizou com seu estudante, mediadas pela intérprete, a professora compartilhou conosco que:

[...] eu me sinto bem porque ele tem um bom acompanhamento, né? E ela tem uma boa parceria comigo. Então eu fico gratificada demais quando ele termina uma atividade que ele me chama, ele espera eu olhar pra ele e me chama e me mostra com o dedo o que fez com a ajuda dela, ele conseguiu responder. Pergunta se está certo. Então pra mim é só felicidade, eu fico muito feliz.

Ideais, escolhas e convicções perpassam por diversos espaços das vidas das pessoas. Os campos das experiências, estudos, vivências e produções costumam marcar os sujeitos e transformá-los. As falas das docentes aqui apresentadas mostram como essas experiências passam por elas e mesmo que compartilhem de certa semelhança, as atravessam de forma distinta. Nessa trajetória, Larrosa (2011) argumenta que a experiência pode ser absorvida pelo ser humano de diversas maneiras, ela supõe " *exterioridade, alteridade e alienação*", esses princípios mostram que as experiências se caracterizam a algo exterior aos sujeitos, algo que ajuda as pessoas a compreenderem a si mesmas, enquanto sujeitos, no caso, como profissionais docentes.

As respostas apresentadas pelas professoras dizem sobre suas experiências e como elas lhe transformaram, implicando no que o autor chama de um processo de " *Reflexibilidade, subjetividade e transformação*", uma vez que algo que é exterior a

pessoa, a perpassa, marcando-a de alguma forma, fazendo-a refletir (princípio da flexibilidade), como um movimento de ida e de volta

Ao refletir sobre este ponto, é possível perceber que as principais queixas apresentadas neste trabalho se voltaram para o tema barreira da língua, que estabelece de certa forma um distanciamento na relação professor x estudante. Também foram elencados sentimentos que vão de encontro a esses desafios que envolvem superação da sua prática e a gratidão nas trocas estabelecidas. Assim, diante do que foi levantado nesta unidade de análise, percebe-se que o processo de formação docente interfere diretamente na prática dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre educação não deve estar pautado numa discussão superficial e que se distingue ou se dissocia da sua prática. Para uma reflexão sobre a educação, de forma geral, é preciso ter uma escuta atenta aos profissionais que estão diretamente envolvidos no processo educativo, sobretudo, aos professores de sala de aula regular que atuam com estudantes surdos. Por esta razão, nos dedicamos, na presente pesquisa, a compreender, a partir da fala docente, as práticas pedagógicas de professores que atuam com alunos surdos em turmas regulares, em uma escola localizada no município de Moreno.

De acordo com este trabalho, uma das principais problemáticas que envolvem as práticas pedagógicas das docentes é a língua, ou melhor, o não domínio da língua de sinais — a libras —. Esta questão se configura como um desafio na realização de práticas pedagógicas de fato inclusivas, pois tal desconhecimento se apresenta como uma barreira relacional entre o estudante e o docente, salientando ainda mais um distanciamento no processo de aprendizagem rico e significativo.

Outra problemática apontada pelos docentes se refere aos processos formativos, tanto a formação de base das professoras, quanto a formação continuada. O que nos leva a refletir sobre dois eixos: a *formação de base* em si e a forma como ela contempla o sujeito com surdez no contexto da sala de aula regular, e, principalmente, a *formação continuada*: que vai atuar dando um suporte teórico-metodológico aos professores diante das demandas estabelecidas, a partir da sala de aula e todo contexto que a envolve. Sendo assim, podemos dizer que o processo formativo é um dos principais nortes no que diz respeito ao processo de inclusão da comunidade, o que nos leva a considerar os objetivos e questionamentos da presente pesquisa.

Sobre a compreensão das práticas e do cotidiano escolar desses estudantes, as falas trazidas pelos professores nos revelam que há uma preocupação por parte das professoras em realizar adaptações curriculares, de forma que exista um elo entre as aprendizagens do grupo geral e do estudante surdo. Essa preocupação se legitima através do que aponta as leis de inclusão, já mencionadas neste estudo, tendo respaldo nas políticas educacionais da modalidade da educação especial. Quando apontadas tais dificuldades, os professores nos revelam que buscam, através de sua prática, “aproximar os conteúdos” e mais uma vez, a questão da língua se põe em contrapartida a essas práticas, surgindo assim a figura de uma segunda profissional de referência para o estudante surdo, que é a intérprete.

Nesse sentido, essa segunda profissional compreende um importante papel no que diz respeito às práticas pedagógicas, uma vez que estabelece um elo entre os professores, alunos e colegas de sala, desempenhando uma relação mediatizada pela língua, se tornando assim, uma facilitadora das aprendizagens e relações de troca dos estudantes.

Ainda consideramos que a fala docente perpassa um vasto campo de experiência, seja no caráter formativo inicial do professor ou no campo mais pessoal, que é o campo dos sentimentos, uma vez que como sujeitos humanos, lidamos com emoções e afetos cotidianamente. Nas colocações apresentadas pelas professoras podemos perceber um misto de sentimentos, que ora se configuram como um *desafio*, ora como *gratidão*. Desafio no sentido de se colocar diante do novo, diante do que não dominamos e até mesmo diante de “barreiras”, como apontado pelos sujeitos dessa pesquisa, nos fazendo refletir e reavaliar a nossa própria prática. E gratidão no sentido de superação dessas barreiras e cada passo conquistado mesmo diante de tantas dificuldades e demandas que a realidade nos introduz.

As falas aqui apresentadas apontam um direcionamento para uma reflexão crítica sobre a educação de pessoas com surdez, em uma escola do município de Moreno, a partir da fala de docentes, que atuam com alunos surdos na sala de aula regular. Nesse sentido, as contribuições trazidas a partir desse estudo perpassam pelo campo dos desafios e possibilidades, das práticas pedagógicas e dos afetos, salientando cada vez mais a importância do processo formativo de base e contínuo. Diante dos resultados aqui apresentados, este estudo contribui para uma ampliação de compreensão do contexto educacional de pessoas com surdez no município estudado, assim como desperta o olhar para essa questão numa perspectiva mais geral da educação, uma vez que a realidade estudada parte de um recorte do contexto educacional dos sujeitos aqui estudados.

REFERÊNCIAS

ARRAES. Marcelo de ABREU. RODRIGUES. Micaías Andrade. et al. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE TERESINA NA PERSPECTIVA DOS DOCENTES. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n.30, p. (288-322), 2014. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/823/1009>

ARRUDA. Guilherme Barros; OLIVEIRA. Thabata Fonseca. Desafio docente no contexto da surdez: A proposta de criação do Núcleo de Pesquisa e Ensino de Geografia para Surdos. **Revista Espaço**, v. 37, p. (78-82), 2012. Disponível em: <https://doaj.org/article/f52f1f6f74e049588974af6ef51460d3>

BATISTA, Érika Regina Caporal Costa. **Proposta de inclusão de aluno surdo no ensino fundamental regular**: algumas considerações sobre ação docente. 2010. 70 f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

BISOL, C.A; VALENTINI, C.B. Desafios da inclusão: uma proposta para a qualificação de docentes no Ensino Superior via tecnologias digitais. **Revista Port. de Educação**, v. 25, n. 2, 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872012000200012&lang=pt

BRASIL. Lei nº 10.436, de 10 de janeiro de 2002. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais. Brasília, DF, 24 de abril de 2002; 181 da Independência e 114 da República.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, Diário Oficial da União - Seção 1. Brasília, 2005

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018.

_____. **Constituição (1988). Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. Nº 9394/1996. BRASIL.

_____. PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, **PNE**. N ° 13.005/2014. BRASIL.

COSTA, Juliana Pêgas. **A prática docente na inclusão educacional de um aluno surdo com implante coclear**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, Márcia Cunha Silva. **Educação inclusiva e prática docente: tenho um aluno surdo em minha sala. E agora?** 2013. 115f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2013.

FERNANDES. J. M; REIS I. F. O papel da formação continuada no trabalho dos professores de Química com alunos surdos. **Revista Educação Especial**, v. 32, p (1-16), 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/279083182.pdf>

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2019.

GESSER. A. **LIBRAS? Que língua é essa?:** As crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda - São Paulo: Editora Parábola, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY. Arilda Schmidt. **PESQUISA QUALITATIVA TIPOS FUNDAMENTAIS. Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, 1995.

GOLDFELD M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**- 7ª Edição- São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GUARINELLO. et al. **A inserção do aluno Surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do estado do Paraná**. Revista de Educação Especial, v.12, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/dB8RVDj7Ygj8RxDcPzzpGrM/>

LAROSSA, Jorge. EXPERIÊNCIA E ALTERIDADE EM EDUCAÇÃO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n.2, p.(04-27), 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2444>

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 21 edição. 2002
0p1

_____, M. C. S. **O DESAFIO DO CONHECIMENTO: Pesquisa Qualitativa em saúde**. RJ. 5ª edição. 1998

NÓVOA. Antonio. Professor se forma na escola. Nova Escola, 2001. Entrevista concedida a Paola Gentili. Disponível em: <https://novaescola.org.br/entrevista-formacao-antonio-novoa>. Acesso em: 30/06/2022.

PARELES. Heloisa Lima. **DESAFIOS PROFESSOR DE HISTÓRIA COM ALUNO SURDO**. Universidade do Rio Grande do Norte. 2016

PEREIRA. J. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. **Revista: educação e sociedade**, n. 68, 1999, p. (109-125). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/F3tFhqSS5bXWc5pHQ3sxxkJ/?format=pdf&lang=pt>

SILVA. Maria Quitéria. LIMA. Eliane Cristina. et al. Inclusão na educação superior: significações de uma professora universitária. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, V. 16. n. 42, 2019. P. 26-43. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3231/47965958>

SILVA. Maria Rita Paula. SENA. Teresinha de Jesus. A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR. **Protestantismo em Revista**, v. 37, p. (120-139), 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/joao.veloso/Downloads/2647-10085-1-PB%20\(1\)](file:///C:/Users/joao.veloso/Downloads/2647-10085-1-PB%20(1))

SILVA. L. TEIXEIRA. M. COSTA. V. PEDAGOGIA COMO SEGUNDA LICENCIATURA NO CONTEXTO DO PARFOR/UFRPE: UMA FORMAÇÃO TRANSFORMADORA?. in: **O PARFOR, A FORMAÇÃO E A AÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. SOUZA. Maria Irene Pellegrino de Oliveira. FRISSELLI. Rosângela Ramsdorf Zanetti (orgs.)- Londrina, PARFOR/UUEL. 2017

SHAW. G. A formação de professores de ciências e a vivência da práxis pedagógica: Contribuições de projetos PIBID e PRODOCÊNCIA. IN: **Construindo saberes: Articulando as práxis pedagógicas na sala de aula**. Editorial RESAB, 2012.

SKLIAR. C. La educación de los sordos. Revista Cultura Sorda. 2013

TENOR. Ana Cláudia. et al. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores de um município de São Paulo**. Distúrbios da Comunicação, v.21, n.1, p.(7-13), 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/6936>

VIEIRA, C. R. MOLINA, K. S. **Prática Pedagógica na educação do Surdo: O entrelaçamento das abordagens no contexto escolar**. Educação Pesquisa, v. 44, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/jm5q3PJ3ttkjZrfwJJyzh7n>

APÊNDICES**ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

1. *Como são planejadas as estratégias de inclusão do aluno surdo na sala de aula regular?*
2. *Quais os desafios e possibilidades que se manifestam na prática pedagógica com alunos surdos?*
3. *Como você (docente) se sente nesse processo?*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Cumprimento Sr./Sr. ^a ao tempo em que solicito a sua participação na pesquisa intitulada ___O OLHAR DOCENTE NA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA ESTUDANTES SURDOS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE MORENO-PE___, integrante do **Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Departamento de Educação**, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. A referida pesquisa tem como objetivo principal, ___Compreender a prática docente na inclusão do aluno surdo na sala de aula regular___ e será realizada por ___ Ariany Maria Silva Soares ___, estudante do referido curso.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de ___Entrevistas___, com utilização de recurso de Gravação de voz/vídeo ___, a ser transcrita na íntegra quando da análise dos dados coletados. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, contudo, será mantido o anonimato dos respondentes participantes da pesquisa. Dessa forma, a participação na pesquisa não incide em riscos de qualquer espécie para os respondentes. A sua aceitação na participação dessa pesquisa contribuirá para o/a licenciando escrever sobre o tema que estuda, a partir da produção do conhecimento científico.

Consentimento pós-informação

Eu, _____, estou ciente das condições da pesquisa, acima referida, da qual livremente participarei, sabendo ainda que não serei remunerado/a por minhas contribuições e que posso afastar-me quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via para cada um/a.

Recife, PE, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do/a participante

Assinatura do/a pesquisador/a

